

FILOSO FEMAS



Por Severino Ngoenha

A arquitectura da paz (1)

Dos fundamentos, das colunas e da luz - o que a arte de construir tem a ensinar à reconstrução política de Moçambique

Há textos que escrevemos porque os escolhemos. E há outros que a vida, por caminhos que não previmos, nos impõe. Este pertence à segunda espécie, e a sua genealogia importa, porque nela já se anuncia a tese que quero defender. No Atelier Filosófico da Beira, Maria Sá Pinto abriu uma perspectiva que, confesso, alterou o curso das nossas reflexões. Pela primeira vez, a arte surgiu entre nós não como simples expressão cultural, mas como problema filosófico e político. A sua tese era simultaneamente simples e fecunda: lutar por Moçambique hoje implica convocar as artes - a literatura, a música, a pintura, a escultura, o teatro, a poesia, a dança - para participarem na reconstrução da nação. Não como lugares de divertimento ou de ornamento, mas como estruturas decisivas da formação de uma razão crítica e de uma cidadania adulta. E sobretudo por uma qualidade rara que a criação artística possui: a de conseguir imaginar o país antes de ele existir plenamente na realidade. Primeiro nascem as palavras, depois nasce a consciência, só mais tarde nasce a organização política. A nossa independência teve uma profunda pré-história artística - Craveirinha, Malangatana, Noémia de Sousa - e

talvez nunca tenhamos reconhecido às artes esse lugar fundador.

Escrevi sobre isso. E foi então que recebi uma carta.

Escrevia-me David Melar, arquitecto espanhol que vive há catorze anos na cidade da Beira, onde coordenou cursos de Arquitectura e continua vinculado à vida universitária. A sua carta era longa, erudita e generosa - mas continha um reparo. Regozijava-se com a convocação das artes para a mesa do pensamento, mas lamentava que, entre elas, tivesse faltado uma: a arquitectura. E defendia-a com argumentos que me impressionaram. A arquitectura, dizia-me, fica quase sempre de fora quando pensamos na arte, talvez precisamente porque é útil - e justamente por isso a esquecemos. Contudo, sem ela seria impossível compreender a Pré-História ou o mundo antigo: a transformação intencional do espaço é um gesto conatural à humanidade, e o ser humano nunca deu um passo no seu processo de humanização sem que o acompanhasse uma reflexão sobre a transformação do espaço e do tempo. As outras artes podem tornar-se peças de museu; a arquitectura não cabe num museu, porque é inseparável do lugar e da vida que a atravessa. E terminava com uma frase que retive: a arquitectura não é apenas o belo, nem um jogo de formas e cores - a arquitectura é pensamento.

Respondi-lhe. E disse-lhe o que

digio há muito: que das artes clássicas, a arquitectura é para mim a primeira. Quando chegamos a uma cidade, antes de procurarmos os museus, as galerias ou os teatros, aquilo que primeiro nos impressiona são as suas construções. Há edifícios contemporâneos que são verdadeiras obras de arte - pense-se no Guggenheim de Bilbao, cuja arquitectura move mais do que muitas das exposições que alberga. Não tenho, evidentemente, o saber técnico de um arquitecto; mas tive a sorte de ter um amigo que me iniciou na leitura da arquitectura contemporânea, e aprendi com ele a descobrir a grandeza de certas construções que modificam completamente a maneira como vemos a cidade onde vivemos.

David Melar insistiu, numa segunda carta, levando o debate para o terreno concreto de Moçambique. O diálogo estava lançado.

Foi quando, pouco depois, fui convidado a participar num encontro dedicado às questões da paz, que decidi tomar a arquitectura a sério - não como tema, mas como método. Se a arquitectura é pensamento, como sustenta David Melar, então talvez ela possa pensar connosco aquilo que a nossa política, sozinha, já não consegue nomear. É essa a hipótese deste texto: que a arte de construir edifícios tem alguma coisa decisiva a ensinar à reconstrução do nosso edifício nacional.

I. Aquilo que a modernidade aprendeu

Deixemos, por um momento, a política, e olhemos para a história da construção.

A antiguidade legou-nos obras que ainda hoje nos interpelam. As pirâmides do Egipto. O Coliseu e o Panteão de Roma. Os anfiteatros do Norte de África. Alguns desses edifícios guardam segredos técnicos que a engenharia contemporânea ainda estuda - e todos eles revelam que aqueles construtores sabiam uma coisa fundamental: antes da parte visível, aquela por que todos passam e que todos admiram, é preciso cavar. Os alicerces têm de ser profundos, para que nenhum vento abale o edifício. A grandeza de uma construção mede-se por aquilo que não se vê.

As catedrais góticas confirmam-no de outra maneira. A Catedral de Colónia, a de Lausana, a de Viena - continuam de pé, oito séculos depois, e continuam a congregar milhares de pessoas. Mas foi precisamente com elas que aconteceu uma das primeiras grandes revoluções da arte de construir. As igrejas românicas que as precederam sustentavam-se em muros espessos e em pesadas colunas interiores: o peso da pedra exigia-o. Essas colunas cumpriam a sua função de engenharia, mas tinham um preço - cortavam o espaço, interrompiam a vista, fragmentavam a assembleia.

O celebrante no altar não conseguia ver todos os fiéis; entre ele e a comunidade erguiam-se obstáculos de pedra. Era preciso descer, deslocar-se, procurar o lugar onde a palavra podia enfim chegar a todos.

A resposta gótica foi engenhosa: tirar os apoios de dentro, lançá-los para fora. Os arcobotantes - aqueles arcos exteriores que parecem abraçar as naves de Notre-Dame - transferiram o peso do interior para o exterior do edifício. A arquitectura moderna consumou esse gesto: com o aço e o betão armado, a estrutura passou definitivamente para o esqueleto do edifício, e o espaço interior ficou livre. Temos em Maputo dois exemplos que qualquer um de nós pode confrontar. Na nossa Sé Catedral, as colunas interiores continuam a complicar a comunicação entre quem preside e quem participa. Na Igreja de Santo António da Polana - aquela obra notável de betão que todos reconhecemos à distância - a nave abre-se sem obstáculos: a estrutura foi para fora, e o espaço comum ganhou-se. Este foi o primeiro grande ganho: o espaço da comunicação.

O segundo foi a luz. Os edifícios antigos eram, na sua maioria, escuros por dentro: os muros que sustentavam o peso não podiam abrir-se em janelas. A modernidade inventou o vidro estrutural e a fachada envidraçada, e com isso a luz do dia entrou nos lugares de trabalho e de encontro. Ganhou o ambiente, que deixou de depender da luz eléctrica durante o dia; ganharam os nossos olhos, feitos para a luz do sol.

E há um terceiro elemento, que nos devolve ao princípio: os fundamentos. A nossa época constrói cada vez mais alto - temos em Maputo um edifício de trinta e três andares, o Burj Khalifa ergue-se sobre o deserto, a Arábia Saudita prepara uma torre ainda maior, a África do Sul orgulha-se do maior edifício africano. Há nesta competição uma desmedida que mereceria reflexão própria, como se a grandeza de um país se medisse pela altura a que chegam os seus prédios. Mas o que aqui interessa é o paradoxo técnico: construir mais alto não significa, como por vezes pensamos, que a modernidade tenha aprendido a subir. Significa que aprendeu a descer - estacas profundas, fundações que vão buscar o rochedo, núcleos estruturais que concentram as forças. A altura de um edifício é sempre proporcional à profundidade das suas fundações. Quando vemos uma torre, não devemos pensar que a época moderna construiu mais alto; devemos pensar que descobriu maneira de ir mais fundo.

Três lições, portanto: fundamentos profundos, colunas transferidas para fora do espaço comum, e a entrada da luz. Foi com elas na cabeça que cheguei ao encontro sobre a paz. E foi lá que a metáfora se impôs.

Olenivka: um crime que o mundo não pode esquecer

Por Rostyslav Tronenko*

Há quatro anos, na noite de 28 para 29 de Julho de 2022, ocorreu um dos crimes de guerra mais hediondos da Federação Russa contra prisioneiros de guerra ucranianos. Na colónia penal da aldeia de Olenivka, no território temporariamente ocupado da região de Donetsk, 406 ucranianos morreram por causa de uma explosão que destruiu um barracão onde estavam detidos militares da Brigada "Azov" (defensores da cidade de Mariupol) e civis detidos ilegalmente.

Os militares encontravam-se em cativeiro após terem cumprido uma ordem do seu comando para deporem armas em Maio de 2022, na expectativa de que o Direito Internacional Humanitário lhes protegesse. Em particular, a Terceira Convenção de Genebra garante direitos fundamentais a prisioneiros de guerra. Em vez disso, tornaram-se vítimas de um massacre.

Os acontecimentos daquela noite não foram um acidente. Diversos elementos apontam para um crime premeditado e devidamente planeado. Dias antes da explosão, um barracão específico foi isolado com arame farpado adicional, foram abertas trincheiras nas proximidades e 193 prisioneiros foram transferidos para esse edifício. Na noite anterior à tragédia, pela primeira vez desde a sua chegada à prisão, os detidos foram proibidos de sair do barracão.

Após as explosões, as autoridades da colónia não prestaram assistência imediata às vítimas nem permitiram a entrada rápida de equipas médicas, o que agravou ainda mais o número de mortos.

A Rússia tentou atribuir a explosão a um ataque ucraniano com sistemas HIMARS. Contudo, essa versão foi rejeitada por especialistas internacionais e, em Julho de 2023, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos concluiu que não havia fundamentos para essa alegação.

Vale a pena destacar que o crime

de Olenivka não é um episódio isolado. Faz parte de um padrão de maus-tratos, tortura e violência sistemática contra prisioneiros de guerra ucranianos. Segundo a Missão de Monitorização dos Direitos Humanos das Nações Unidas na Ucrânia, 96% dos prisioneiros libertados relataram ter sido submetidos a tortura ou outras formas de tratamento cruel. Os prisioneiros da Brigada "Azov" são sujeitos a torturas particularmente brutais e frequentes, e mais de 270 deles foram condenados em julgamentos-espectáculo sob acusações fabricadas, nos quais os prisioneiros de guerra são forçados a formular acusações contra si próprios sob tortura.

A Ucrânia continua a trabalhar com os parceiros internacionais para assegurar uma investigação completa do crime de Olenivka e muitos outros com a intenção de responsabilizar todos os seus autores e garantir a libertação dos prisioneiros de guerra que permanecem em cativeiro.

Organizações de direitos huma-

nos já reuniram e entregaram provas ao Tribunal Penal Internacional, demonstrando que este caso exige justiça internacional. O respeito pelo Direito Internacional Humanitário constitui um princípio universal que protege militares e civis em qualquer parte do mundo.

Hoje, ao lembrar da tragédia de Olenivka, recordamos não apenas aqueles que perderam a vida, mas também todos os ucranianos que continuam privados da sua liberdade. Enquanto os responsáveis por crimes de guerra não forem levados à justiça e todos os prisioneiros de guerra não regressarem às suas famílias, Olenivka continuará a ser um doloroso símbolo de que a impunidade incentiva novos crimes.

A comunidade internacional não pode permitir que isso aconteça.

*Embaixador da Ucrânia em Moçambique